



FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DE TUTORIA A DISTÂNCIA

Rebecca Samara Fidelis Almeida (rebeccasamaraf@gmail.com - UnB)

RESUMO. O trabalho objetiva investigar o processo de feminização em curso do trabalho na tutoria à distância do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A metodologia compreende na revisão bibliográfica consagrada da literatura sobre sociologia do trabalho, na análise documental sobre a legislação da educação a distância no Brasil e em dados fornecidos pelo SisUAB, entre os anos de 2006 e 2018. A presença maciça feminina de professoras do ensino básico numa atividade laboral destituída de institucionalização, arrematada mediante o pagamento de bolsa e sem vínculo formal de trabalho, culmina com a invisibilidade, com a ausência de reconhecimento profissional e com a precarização do trabalho, apontam para implicações preocupantes das diferenças de gênero presentes no sistema UAB.

Palavras-chave: Feminização do trabalho. Tutoria à distância. Sistema UAB.

ABSTRACT. Feminization of work in distance tutoring. The work aims to investigate the ongoing feminization process of work in distance tutoring of the Open University of Brazil (UAB) system. The methodology comprises in the consecrated bibliographic review of the literature on sociology of work, in the documentary analysis on the legislation of distance education in Brazil and in data provided by SisUAB, between the years 2006 and 2018. The massive female presence of teachers from the basic education in a work activity devoid of institutionalization, regimented through the payment of a scholarship and without formal employment, culminates in invisibility, in the absence of professional recognition and in the precariousness of work, point to worrying implications of gender differences present in the UAB system.

Keywords: Feminization of work. Distance tutoring. UAB system.

1. INTRODUÇÃO

Com o avanço das tecnologias da informação e da comunicação (TIC's) ocorrido nas últimas décadas do século XX, emergiram muitos mitos acerca do trabalho na sociedade digitalizada e tecnologicizada, que advogavam em favor da emergência de numa nova era de felicidade na esfera produtiva através do trabalho on-line, digital, da era informacional. Uma nova era de felicidade em que o mundo do labor superava sua dimensão de sofrimento e florescia sem a presença do tripalium ou até mesmo trabalho. No entanto, em pleno século XXI, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente do trabalho para sobreviver e se encontram cada vez mais em situações precárias, instáveis ou na flagelante situação do desemprego. Nos mais longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, emergem promovendo a pauperização em escala sem precedentes daqueles que se mantêm trabalhando (ANTUNES, pg. 18, 2018).

Foi a partir da década de 1990 que se intensifica o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho e pelas formulações definidas pelo Consenso de Washington, iniciou-se o desencadeamento de desregulações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho (ANTUNES, 2011b). As políticas educacionais também sofrem profundas alterações para se alinharem as políticas educacionais ao processo de reforma do Estado brasileiro, com vistas a atender as exigências impostas pela reestruturação global da economia (FONSÊCA, 2001).

Como produto desses ajustes estruturais na esfera educacional, presenciamos o fenômeno crescente da Educação a Distância (EAD) que começa a ser concebida num contexto mais amplo dos Projetos Pedagógicos Nacionais e ganha espaço no cenário educacional brasileiro, como sendo uma modalidade de educação adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais provenientes das mudanças instauradas pela nova ordem econômica mundial (BELLONNI, 2009).

Em 2006 surge no cenário educacional brasileiro o Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação (MEC), como a mais evidente e vultosa política pública de educação superior a distância no País (FERREIRA e CARNEIRO, pg. 229, 2015), cuja formação ocorre através do uso da metodologia da educação a distância (EaD) e que tem o objetivo de promover a democratização e interiorização do ensino superior no país, priorizando a formação de professores da rede básica de ensino.

O tutor a distância é o agente central da mediação entre o conhecimento e o aprendiz nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), desempenhando um papel crucial para uma incursão bem sucedida do aluno no mundo da educação a distância, mas essa atividade laboral não usufrui de ordenamentos jurídicos específicos e, conseqüentemente, os trabalhadores permanecem realizando uma atividade sem reconhecimento formal, marcada pela precarização e que vem atraindo uma quantidade considerável de mulheres professoras da rede básica para essa atividade laboral.

A investigação acerca da presença feminina na tutoria à distância no sistema UAB utilizou dados fornecidos pelo SisUAB1 entre os anos de 2006 até 2018, de tutores e tutoras e evidencia a tendência em curso no mundo do trabalho, em que a precarização do trabalho tem conseqüências diferenciadas para homens e mulheres, pois as mulheres são as mais atingidas pela precariedade e elas representam a maioria que ocupam postos nos ramos de trabalho

informal, bem como nos trabalhos em tempo parcial (HIRATA, 2011) e essa presença majoritariamente feminina chamou a atenção para o aprofundamento da análise a partir do recorte de gênero.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Os Objetivos

A pesquisa objetiva investigar como e por que a Educação a Distância, notadamente o sistema Universidade Aberta do Brasil, vem promovendo a inserção majoritária de mulheres na atividade de tutoria à distância, a partir da análise dos dados do SisUAB entre os anos de 2006 e 2018 e quais as implicações desse fenômeno para a inserção desigual das mulheres no mundo do trabalho através de atividade marcada pela precarização.

2.2 Procedimentos Metodológicos

As estratégias de pesquisa utilizadas nesta pesquisa se fundamenta na revisão bibliográfica consagrada da literatura sobre sociologia do trabalho, a análise documental sobre a legislação da EAD no Brasil, em decretos, portarias, etc., bem como também contará com a análise de dados fornecidos pelo SisUAB da CAPES sobre os tutores e tutoras a distância do sistema UAB em todas as instituições de ensino superior e institutos federais de ensino no Brasil entre os anos de 2006 e 2018, destacando como indicador primordial para a aferição da presença feminina nessa atividade laboral a variável: gênero.

O SisUAB da CAPES que é uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da UAB onde constam o cadastramento e consulta de informações sobre instituições, polos, cursos, material didático, articulações, colaboradores e mantenedores (UAB/CAPES). Como o acesso ao SisUAB é permitido apenas aos usuários previamente autorizados (coordenadores UAB e coordenadores de curso, coordenadores de polos de apoio presencial e colaboradores da CAPES), foi necessário recorrer Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que concede ao cidadão o direito fundamental de acesso à informação perante a Administração Pública através da abertura de um chamado no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O critério de inclusão da amostra utilizado é ter sido tutor ou tutora vinculado ao sistema da UAB dos cursos de graduação e pós-graduação a distância das instituições superiores federais e dos institutos federais de ensino entre os anos 2006 e 2018. A análise preliminar dos dados foi realizada a partir da distribuição de frequências realizada no programa Excel 2016, que compreende a organização dos dados de acordo com as ocorrências dos diferentes resultados observados, bem como da utilização do recurso da análise exploratória de dados, que consiste em uma tentativa de captar a essência das informações contidas nos dados, através da construção de tabelas e gráficos (BARBETTA, 2002).

Na etapa de sistematização, é realizada a análise, a interpretação dos dados e a apresentação dos resultados. Assim, estabelecidos os procedimentos de coleta e análise, passa-se à apresentação dos principais fundamentos teóricos que sustentam a análise dos dados empíricos e à descrição dos resultados preliminares da pesquisa.

2.3 O Sistema Universidade Aberta do Brasil e a Tutoria à Distância

No Brasil, foi em 1996 com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que a educação a distância (EAD) é incluída na legislação educacional, reconhecendo a educação a distância como uma modalidade de educação no artigo 80 da referida lei. O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi instituído em 2006 através do Decreto nº. 5.800, de 8 de junho de 2006, como uma política pública nacional de formação pela Educação a Distância (EAD) do Ministério da Educação (MEC) e que tem como prioridade a formação de professores.

O sistema UAB sustenta-se através da articulação de instituições públicas de ensino, através do fomento parcial pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), possibilitando levar ensino superior público aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior para professores da educação básica, com a oferta de cursos de licenciatura, de formação continuada e de especialização *latu sensu*, através da modalidade a distância (UAB/CAPES).

Segundo Mendes (2012), os documentos de criação da UAB já indicavam uma clara flexibilização nos requisitos dos profissionais que coordenariam e conduziram os cursos na modalidade a distância, onde três aspectos contidos nesses materiais podem ser destacados: a não menção ao tripé ensino, pesquisa e extensão como condição central da formação universitária; a possibilidade de exercício docente nos cursos sem uma previsão de professores com titulação, como a exigida nos cursos presenciais; e, a mais grave, a indicação de que o vínculo dos profissionais que atuavam em cursos à distância poderia ocorrer por meio de bolsas e não por contrato formal de trabalho.

Os tutores da UAB são responsáveis pela mediação pedagógica, pelo gerenciamento, pelo suporte técnico e pelo suporte social no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), recebem uma bolsa de R\$ 765,00 por mês trabalho e assinam um “Termo de Compromisso” e não um contrato de trabalho, garantindo a impossibilidade de exigir direitos trabalhistas e de formar vínculo com a instituição. Esse trabalho não é reconhecido na legislação trabalhista brasileira, já que nem a legislação, nem a doutrina brasileira definiu ou conceituou esse vocábulo e não delimitou com rigor suas abrangências. Não existe legislação específica que abranja todas as particularidades do teletrabalho, nem doutrina teórica a respeito das formas de remuneração dos tutores (SCOTTINI, 2012) e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil não reconhece a tutoria.

Nem mesmo com a nova legislação brasileira que estatuiu o Novo Marco Regulatório da Educação a Distância, através da Portaria Normativa nº. 11, de 20 de junho de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, em nenhum momento estabelece qualquer tipo de menção ao reconhecimento formal da atividade de tutoria, promovendo a manutenção da invisibilidade e da falta de reconhecimento dessa atividade dentro das instituições superiores de ensino públicas no Brasil.

Assim, no momento em que as IES encontram-se diante da oferta do programa do Ministério da Educação através do Future-se e em sua maioria esmagadora rejeitam veementemente a adoção ao programa, onde a maior crítica e temor das instituições é a da possibilidade da perda da autonomia acadêmica e financeira, uma vez que os contratos de trabalho e para

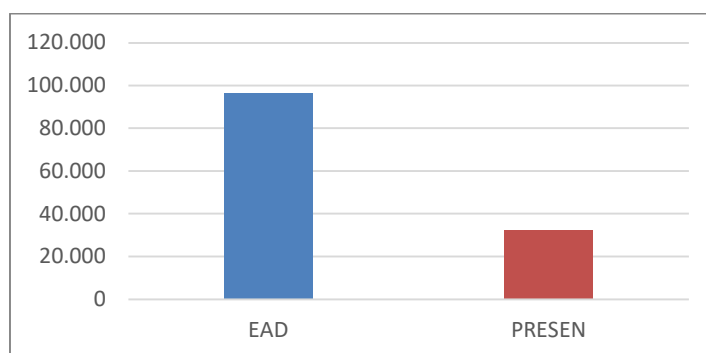
pesquisas seriam regidos por meio de Organizações Sociais, o sistema UAB atua nestas mesmas instituições de ensino desde 2006 através de ações desenvolvidas em paralelo às universidades e institutos federais, com ações geralmente estranhas e invisíveis dos demais setores das universidades (MILL, FERREIRA e FERREIRA, 2018), sem gerar maiores constrangimentos ou questionamentos junto à comunidade acadêmica.

É nesse contexto que empreendemos investigar como e por que o sistema Universidade Aberta do Brasil vem promovendo a inserção majoritária de mulheres na atividade de tutoria à distância e quais as implicações desse fenômeno para o mundo do trabalho, partindo do pressuposto de que essa atividade laboral é precária, flexível e em tempo parcial, típica de redutos de trabalhos femininos.

2.4 Feminização do Trabalho de Tutoria no Sistema UAB

A pesquisa aponta que entre os anos de 2006 e 2018, houve um total de 129.180 vinculações divididos entre tutores a distância e tutores presenciais. Dessas 129.180 vinculações, 96.639 vinculações foram de tutores e tutoras à distância e 32.541 vinculações de tutores e tutoras presenciais, apontando um contingente de trabalhadores e trabalhadoras considerável.

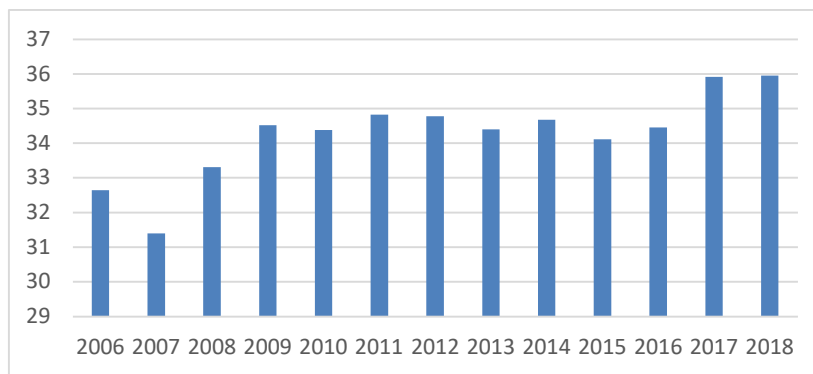
Gráfico 1 – Vinculações de tutores e tutoras no sistema UAB (2006-2018)



Fonte: Adaptado do SisUAB/CAPES.

Em relação a idade dos tutores e tutoras inseridos no sistema UAB pudemos inferir que a média de idade nacional é de 33 anos, indicando que se trata de profissionais com considerável experiência profissional.

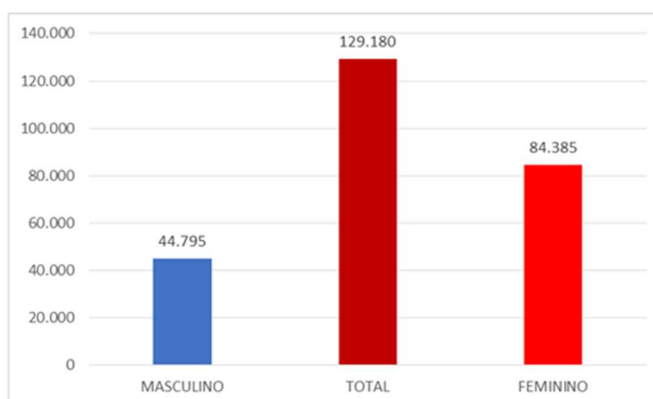
Gráfico 2 – Média da idade dos tutores e tutoras do sistema UAB (2006-2018)



Fonte: Adaptado do SisUAB/CAPES.

Seguindo a mesma tendência encontrada na UAB/UnB, os dados dos tutores e tutoras demonstram que dentre as 129.180 vinculações, 84.385 correspondem a mulheres e apenas 44.795 a homens que atuaram na tutoria à distância.

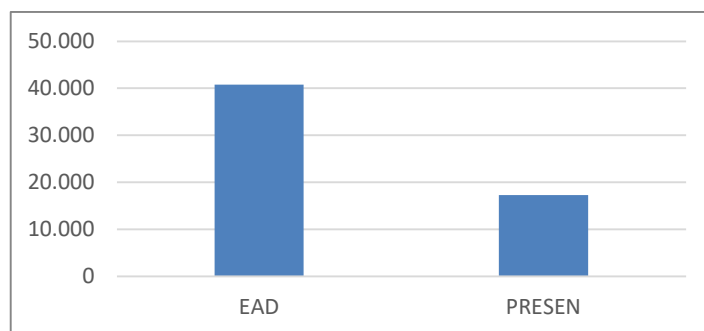
Gráfico 3 - Total de vinculações de tutores e tutoras por Sexo no sistema UAB (2006-2018)



Fonte: Adaptado do SisUAB/CAPES

Outro dado importante é a presença maciça de professores da rede básica de ensino na tutoria à distância do sistema UAB, que atende a uma peculiaridade existente nos editais de seleção de tutores a distância do sistema UAB que é a predileção por professores da rede básica de ensino e do ensino superior, reforçando o caráter pedagógico da atividade. O total de professores e professoras vinculados ao sistema UAB foi de 58.072, sendo que 40.783 desses trabalhadores e trabalhadoras atuaram na tutoria à distância e 17.289 na tutoria presencial, o que indica a presença maciça de docentes da rede básica de ensino desenvolvendo atividades na EAD no sistema UAB.

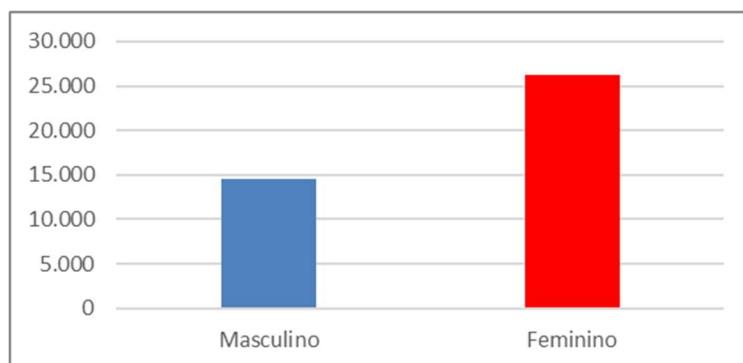
Gráfico 4 - Quantidade de professores por modalidade EAD e presencial sistema UAB (2006-2018)



Fonte: Adaptado do SisUAB/CAPES

Dando prosseguimento a investigação, aferimos que dentre os 40.783 professores da rede básica de ensino que atuaram na atividade de tutoria, o quantitativo de pessoas do sexo masculino é de 14.540, enquanto do sexo feminino encontramos o total de 26.243.

Gráfico 5 – Quantidade de professores segundo sexo na atividade de tutoria à distância no sistema UAB (2006-2018)



Fonte: Adaptado do SisUAB/CAPES

De acordo com Yannoulas (2013), feminização possui um significado quantitativo que se refere ao aumento de mulheres na composição da mão-de-obra e feminização se refere às transformações ocorridas no contexto de uma ocupação ou profissão, havendo uma articulação entre essas duas dimensões, o que se adequa em nossas reflexões acerca da presença feminina na tutoria à distância do sistema UAB, mas partimos do pressuposto que a definição de feminização se acopla perfeitamente em nosso esforço em empreender uma relação entre esse fenômeno e a precarização do mundo de trabalho.

Para Dal Rosso (pgs. 225 e 227, 2018), o trabalho é uma atividade que deve ser concedida de forma inseparável do corpo e da identidade de quem o executa, pois o trabalho tem sexo, onde inclusive a própria distribuição das horas laborais tem especificidades por sexo e gênero, e, por isso, que indivíduos e grupos trazem essas marcas em seus corpos são afetados por desigualdades e discriminações.

Gênero aparece como fator crucial na diferenciação das jornadas entre trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que mesmo que as mulheres estejam engajadas de forma crescente na força de trabalho remunerada, sua disponibilidade temporal para o trabalho assalariado fica significativamente restrita pelo tempo que precisam devotar a suas responsabilidades domésticas e essas restrições temporais se manifestam num desequilíbrio dramático entre sexos nas jornadas de trabalho médias. O resultado é que existe uma evidente diferença de gênero nas jornadas de trabalho em todas as regiões do mundo, criando um padrão de duração de jornadas em tempo parcial, com proporções dramaticamente maiores para mulheres do que para homens, tanto no setor de serviços quanto no setor de economia informal (LEE; McCANN e MESSENGER, OIT, pgs. 85 e 86, 2009).

A feminização do mercado de trabalho geralmente é acompanhada de processos de precarização, assim como da vulnerabilidade das condições de trabalho, pois o mercado apresenta ocupações sexualmente demarcadas (YANNOULAS, 2013) e no caso do exercício da docência, essa atividade está profundamente marcada pelas polarizações contidas nas visões hegemônicas de masculinidade, onde culminam relações constantes de tensão entre professoras e professores (VIANA, 2013).

Nesse sentido, mesmo no ambiente universitário, que embora tenha deixado de ser um espaço majoritariamente masculino, ocorre segmentação sexual em certas atividades e ocupações onde a relação entre cultura e lógica empresarial associada à tradicional divisão sexual do trabalho reproduz estereótipos e desigualdades entre homens e mulheres (YANNOULAS, 2013).

A atividade de tutoria a distância é um exemplo explícito de como nas atividades de menor prestígio na esfera pedagógica a presença feminina vem se constituindo como majoritária. Um contraste de prestígio e status profissional pode ser encontrado quando comparamos a presença marcante do gênero na composição dos quadros docentes de todos os níveis em nosso país, pois o ensino superior público ainda é um espaço majoritariamente ocupado por docentes do sexo masculino, enquanto que nos demais níveis de ensino como infantil, fundamental e médio, as mulheres são maioria.

A identidade docente está integrada à perspectiva de gênero e a feminização do mercado de trabalho está estreitamente ligada a presença das mulheres na educação, mas o valor atribuído socialmente aos trabalhos de homens e mulheres não são equânimes, pois há uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação e a progressiva transformação qualitativa da mesma. Quando profissões e ocupações de feminizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social (VIANNA, 2013), culminando com seu desprestígio.

Presenciamos uma mistura preocupante de elementos bombásticos para as trabalhadoras docentes inseridas no sistema UAB, pois partimos do pressuposto que elas enfrentam uma extensiva e intensiva carga de trabalho não só em suas atividades produtivas, juntamente com o acréscimo da tutoria em sua jornada de trabalho, mas, sobretudo porque a responsabilidade o trabalho reprodutivo ainda vigora como uma responsabilidade eminentemente feminina em nossa sociedade, pois o trabalho reprodutivo ainda é hegemonicamente feminino.

Mediante a permanência da desvalorização profissional do trabalho docente em nosso país, cabendo ressaltar que em novembro de 2018 ao Brasil foi relegada a última posição do ranking de prestígio de docentes em pesquisa uma realizada em 35 países (UNDIME, 2018), a

preocupação acerca do fenômeno de inserção de professores, e, em especial de professoras da rede básica na atividade de tutoria à distância torna-se legítima, pois as tecnologias poderiam libertar o homem do trabalho, mas ao contrário disso, elas parecem colocá-los sob pressão pelo tempo, pelos resultados, mas também pelo medo, que tem profundas consequências psicopatológicas sobre os trabalhadores, levando a depressão, o esgotamento profissional e a adição ao trabalho (GAULEJAC, pg. 218, 2007).

Estas consequências certamente serão mais acentuadas entre as mulheres, em função do acúmulo de trabalho produtivo e reprodutivo presentes em suas jornadas de trabalho. Para Gaulejac (pgs. 203, 205 e 207, 2007) as doenças profissionais e os acidentes de trabalho são um sintoma da dureza do trabalho e adverte que na atualidade a violência das condições de trabalho se desloca também para um nível psicológico, pois isso representa a própria expressão da ambiguidade da “modernização” das condições do trabalho, que cria um discurso que assimila a flexibilidade à liberdade ao mesmo tempo em que intensificam os controles, as prescrições e as exigências e o trabalho na educação a distância no sistema UAB não foge a essa realidade.

3. CONCLUSÃO

Embora reconhecendo as limitações contextuais e de alcance metodológico do estado atual desta investigação, ela se apresenta como um esforço para melhorar a compreensão do macroprocesso da composição da força de trabalho da EAD, buscando constituir num objeto de compreensão dos fenômenos do mundo do trabalho contemporâneo em nosso país, nos instigando a aprofundar a análise do fenômeno da feminização dessa atividade laboral que se sustenta mediante um arranjo de gestão de recursos via CAPES, que mantém o sistema UAB ausente de institucionalização, e, conseqüentemente, culmina com invisibilidade e com a manutenção da ausência de reconhecimento profissional para essa categoria de trabalhadores e, principalmente trabalhadoras docentes da rede básica de ensino.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 4 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da**

educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

_____. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.** Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Universidade Aberta do Brasil – UAB.**

_____. **Portaria Conjunta N°2 (CAPES e CNPq), de 22 de julho de 2014, sobre bolsas dos tutores da Universidade Aberta do Brasil (UAB).**

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº. 11, de 20 de junho de 2017. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº. 9.057, de 25 de maio de 2017.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, nº. 117, 21 jun., Seção 1, p. 9, 2017.

_____. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, 2020.**

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 dezembro de 2011.

FERREIRA, Marcello; CARNEIRO, Teresa Cristina Janes. **A institucionalização da EaD no ensino superior público brasileiro.** Educ. Unisinos, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 228-242, maio-jun., 2015.

FONSÊCA, Fábio. **Parâmetros curriculares nacionais: possibilidades, limites e implicações.** In: PENNA, Maria; PEREGRINO, Yara Rosas... [etal.]. **É este o ensino de arte que queremos? Uma análise das propostas dos parâmetros curriculares nacionais.** João pessoa: editora universitária/CCHLA/PPGE, 2001.

GAULEJAC, Vicent. **Gestão como Doença Social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social.** Aparecida, SP, 3º, Ideias e Letras, 2007.

GOULART, Deise; SILVA, Sueli Maria; FERREIRA, Marcello. **"Sistema Universidade**

Aberta do Brasil nas instituições federais de ensino superior: organizações sociais en-dógenas?", Pesquisa e Debate em Educação 6, 11, 2016.

LEE, S.; McCANN, D. & MESSENGER, J. C. **Duração do trabalho em todo o mundo. Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global com-parada.** Brasília: OIT, 2009.

MENDES, Valdelaine. **O trabalho do tutor em uma instituição pública de ensino supe-rior.** Belo Horizonte. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 103-132, jun. 2012.

MILL, Daniel; FERREIRA, Marcello; FERREIRA, Deise Mazzarella Goullart. **Gestão da Educação a Distância na universidade pública como campo de disputa: da institui-ção social à academia líquida.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educa-ção - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 143 - 166, 2018. Dis-ponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/82469>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor.** São Paulo: Boitempo, 2017.

SCOTTINI, Debora Tiemi. **Aspectos trabalhistas na educação a distância.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012.

VIANNA, Claudia Pereira. **A feminização do magistério na educação básica e os desa-fios para a prática e a identidade coletiva docente.** In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações.** Brasília, DF: Abaré, p. 159-180, 2013.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à Educação a Distância.** Rds, 2010.

YANNOULAS, Silvia C. (Coord.). **A convidada de pedra: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda.** Brasília: FLACSO; Abaré, 2003.

_____. **Trabalhadoras - Análise da Feminização das Profissões e Ocupações** – Bra-sília: Editorial Abaré, 2013.

3.1 Endereços Eletrônicos

Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2020.

Universidade Aberta do Brasil. Disponível em: <http://www.uab.capes.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2020.

UNDIME – União nacional dos dirigentes municipais em educação. Disponível em: <https://undime.org.br>. Acesso em fevereiro de 2020.